

**ATA DA 225ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 07/06/2017

4 **HORÁRIO:** 14:00 horas

5 **PRESENTES**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

8 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

9 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

10 Beatriz Minatto (MS)

11 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

12 Canísio Isidoro Winkelmann (AHESC)

13 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

14 Clécio Antônio Espezim (SES)

15 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

16 Daniele Soares Almeida (Trabalhadores Rurais)

17 Elsita Thorstenberj Andrade

18 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

19 Fátima Regina da Silva (Ass./Mov. População Afrodescendente e População Indígena)

20 Francieli dos Santos (FEHOESC)

21 Francine Iagher (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

22 Geraldo Azzollini (COSEMS)

23 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

24 Luiz Henrique Costa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

25 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

26 Mario Bastos (SES/SC)

27 Maury José da Luz Maciel (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

28 Nereu Sandro Espezim (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

29 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

30 Tatiane Mecabô Cupello (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

31 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

32 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

33 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

34 Helena Edília Lima Pires (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

35 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)

36 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

37 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

38 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

39 A 225ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,
40 com a presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação da Presidente, Cléia
41 Aparecida Clemente Giosole, que propôs aos Conselheiros a alteração dos itens de pauta da
42 seguinte forma:

43 ITEM I- Conferências;

44 ITEM 2- Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017;

45 ITEM 3- Esclarecimentos das Atribuições da CIB;

46 ITEM 4-Resolução proposta pelo Conselheiro Nereu Sandro Espezim;

47 ITEM 5-Publicização da lista de espera para procedimentos de feitos pelo SUS.

48 Colocou em votação, e todos aprovaram.

49 **APROVAÇÃO DA ATA**

50 *A Ata da sessão de maio foi aprovada.*

51 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

52 Ofício Nº 0340/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
53 nº 17271;

54 Ofício Nº 0443/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório Final da Auditoria
55 nº 17276;

56 Ofício Nº 0445/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório de Visita Técnica
57 nº 5339;

58 Ofício Gapa, o qual solicita ao CES providências em relação à suspensão de ações de
59 medicamentos que não estão na Portaria 2982/2009/MS;

60 Ofício CRN-10 Nº 0056/17/DIR;

61 Processo SES Nº 00017446/2017, o qual pede diligência ao PL nº 0040.9/2017;

62 C.I. Nº 070/17/GAB/SES, a qual solicita a alteração dos representantes da SES no Conselho
63 Estadual de Saúde.

64 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, sugeriu que o Processo SES Nº
65 00017446/2017, o qual pede diligência ao PL nº 0040.9/2017 fosse encaminhado à Comissão
66 Permanente Pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do SUS, para apreciação. E
67 que as Auditorias, referentes à SES, sejam analisadas pela Comissão Permanente de
68 Acompanhamento Orçamentário. Colocou em votação os encaminhamentos sugeridos, e todos
69 aprovaram.

70 **ITEM I – CONFERÊNCIAS;**

71 O Superintendente de Vigilância em Saúde da SES, Fábio Gaudenzi, informou que já
72 foi encaminhado o processo de compra à SES para a realização de 5 Macrorregionais, com as
73 seguintes datas:

74 - Macro 1 – Chapecó: 17 e 18 de julho, no Centro de Eventos do Município;

75 - Macro 2 – Criciúma: 20 e 21 de julho, na UNESC;

76 - Macro 3 – Mafra: 24 e 25 de julho, na UNC;

77 - Macro 4 – Rio do Sul: 27 e 28 de julho, na UNIDAVI e

78 - Macro 5 – Blumenau: 10 e 11 de agosto, na FURB.

79 Falou que a etapa estadual será na UFSC, nos dias 19 e 20 de setembro.

80 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole disse que a Comissão Organizadora
81 de Conferência lhe pediu que levasse ao Pleno o pedido de autorização para terminar a
82 construção do Regulamento e posteriormente colocá-lo em consulta pública. Colocou em
83 votação o pedido feito pela Comissão Organizadora, e todos aprovaram. E Falou que
84 encaminhará aos Conselheiros o regulamento, quando pronto para consulta, e também as datas
85 das etapas macrorregionais.

86 **ITEM II – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2017;**

87 A Gerente de Planejamento, Nardeli Junckes, fez a apresentação da Prestação de
88 Contas do 1º Quadrimestre de 2017, e justificou a ausência de Ademar, Gerente Financeiro da
89 SES, que também faria a apresentação.

90 O Conselheiro André Mendes Arent recomendou à Comissão Permanente de
91 Acompanhamento Orçamentário que tenha um olhar atento as contas da SES, uma vez que
92 pela 1ª vez as contas do Governador de Estado foram reprovadas pelo Tribunal de Contas do
93 Estado.

94 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim comentou que a reunião pela manhã, da
95 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, junto com as técnicas da Gerência
96 de Planejamento da SES, foi muito produtiva. Disse que gostaria que fossem elencados os
97 sites, apresentados na reunião, para consulta pelos Conselheiros. Falou que a Lei não está
98 sendo seguida, para que a apresentação seja feita dentro dos prazos estabelecidos. E disse que
99 gostaria que fosse chamado o Tribunal de Contas de Estado para esclarecimentos da
100 diminuição de alocação de recursos para alguns setores específicos, com é o caso de
101 medicamentos, e para apresentar o real tamanho da dívida da saúde no Estado.

102 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim falou que o Sistema de Informação
103 Ambulatorial – SIA e o Sistema de Informações Hospitalar – SIH encaminham as informações

104 ao Ministério da Saúde que repassa ao Estado, para análise da produção, que depois
105 encaminha ao MS. E que, o atraso levantado na apresentação, vem do Datasus, e da Secretaria
106 do Estado da Fazenda, e não por parte do Estado.

107 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann disse que chamou sua atenção, na
108 apresentação, a questão dos componentes estratégicos da Assistência Farmacêutica, onde
109 mostra uma queda na curva assistencial. E ao mesmo tempo, foi lido relatórios dentro das
110 Auditorias do SEAUD, quanto à questão do componente estratégico, que não fala nada sobre,
111 e apenas uma visita técnica. Sugeriu que fosse especificado quando fosse auditoria e quando
112 fosse visita técnica. Falou em relação à prestação ser quadrimestral, enquanto alguns
113 componentes são trimestrais, alguns prazos não batem, não completam. Sugeriu que o CES
114 pactue essa correção de datas, e falou da dificuldade dos Municípios em transmitir os dados ao
115 Ministério da Saúde.

116 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou referente à Prestação de
117 Contas, que o Conselho de qualquer esfera não pode ir contra a Lei, apenas solicitar a
118 alteração dela. E disse que propôs à Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário
119 o convite ao Tribunal de Contas do Estado, para que venha ao CES, e oriente o que fazer
120 mediante ao ferimento da Lei, e qual o procedimento para solicitar a alteração da Lei à esfera
121 cabível.

122 O Conselheiro Luiz Henrique Costa solicitou que seja encaminhado aos Conselheiros
123 um material onde separa os Hospitais de rede própria dos da rede contratualizada, já que são
124 coisas distintas, e que na próxima Prestação de Contas venha separado. Solicitou, em relação à
125 Assistência Farmacêutica, um relatório mais detalhado dos medicamentos, onde constem as
126 justificativas dos que não foram comprados.

127 A Maria Tereza, Diretora de Assistência Farmacêutica, respondeu que houve uma
128 visita técnica, de um grupo de trabalho do MS, para conhecer execução do componente
129 estratégico, e só recebeu ontem o relatório dessa visita, e acredita que se tivessem muitas
130 irregularidades, haveria a necessidade de uma auditoria. Disse que os medicamentos que o
131 Estado compra, de componente estratégico, são para infecção oportunista. E, em relação aos
132 medicamentos do componente específico, é importante um relatório aprofundado sobre o
133 assunto, em virtude da tabela do MS não está sendo atualizada. Falou que o valor repassado do
134 MS aos Estados não chega a 50 % do valor da compra.

135 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a sugestão feita
136 à Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, de trazer ao Pleno, na próxima
137 reunião, o TCE, para esclarecer como o CES pode contribuir na análise da Prestação de
138 Contas, para que se efetive a Lei, que é quadrimestral. Todos aprovaram o encaminhamento.

139 **ITEM III – ESCLARECIMENTOS DAS ATRIBUIÇÕES DA CIB;**

140 A Secretária Executiva da Comissão Intergestora Bipartite – CIB, Lourdes da Costa
141 Remmor, junto com o Conselheiro Geraldo Azzolini, representante do COSEMS, no CES
142 fizeram uma breve apresentação sobre o tema.

143 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou que, de acordo com a Lei
144 Complementar 141, tudo que for pactuado na CIB, deve ser deliberado pelos Conselhos nas
145 respectivas esferas. E disse que gostaria de saber, se o que está sendo pactuado, está sendo
146 cumprido, se foi deliberado anteriormente pelos seus respectivos Conselhos, e se consta em
147 Ata.

148 A Secretária Executiva da Comissão Intergestora Bipartite – CIB, Lourdes da Costa
149 Remmor, respondeu que as pactuações têm que passar pelo Conselho Municipal de Saúde
150 respectivo, e caso não passe, volta para deliberação. E quando a pactuação é de âmbito
151 regional, tem que passar pela Comissão Intergestora Regional – CIR.

152 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos perguntou como fica a situação das ADRs
153 nessa organização.

154 A Secretária Executiva da Comissão Intergestora Bipartite – CIB, Lourdes da Costa
155 Remmor, respondeu que as CIRs só podem ter Secretários, e que elas abrangem o mesmo
156 território das Regionais de Saúde. Falou que não existe vínculo com a SES, mas em questão

157 técnica, seguem as normas da SES. E disse que os Gerentes Regionais têm representação nas
158 CIRs igualmente aos Secretários Municipais de Saúde.

159 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim perguntou se existe alguma possibilidade de
160 consulta ao Pleno, ou eles têm autonomia plena em relação ao orçamento, e suas prioridades.

161 A Secretária Executiva da Comissão Intergestora Bipartite – CIB falou que somente é
162 pactuado o que está previsto no Plano Plurianual.

163 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim disse que acha o SUS apaixonante, sua
164 história, e que existe uma hierarquia obrigatória nos trâmites. Disse que as deliberações da
165 CIB deveriam ser colocadas para conhecimento dos Conselheiros.

166 O Conselheiro André Mendes Arent perguntou onde se enquadra a política de
167 Governo, já que é o arrepio da legislação.

168 A Presidente agradeceu a apresentação, e solicitou que sejam encaminhadas ao CES as
169 demandas passadas na CIB a nível Estadual.

170 **ITEM IV – RESOLUÇÃO PROPOSTA PELO CONSELHEIRO NEREU SANDRO**
171 **ESPEZIM;**

172 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim disse que a idéia da Resolução surgiu do item de
173 pauta da sessão de maio: “Leitos de hospitais próprios fechados e o número de servidores
174 necessários para reabri-los”, onde se verificou vários leitos prontos para funcionar, porém sem
175 profissionais para reabri-los. Ele solicitou que seja encaminhada a Resolução, após ser
176 aprovada pelo pleno, ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda.

177 O Secretario Executivo do CES, José Carlos da Cruz, fez a leitura da Minuta de
178 Resolução, proposta pelo Conselheiro Nereu Sandro Espezim, abaixo:

179 ***O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA, no uso de suas***
180 *atribuições, e*

181 *Considerando a Lei 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e*
182 *recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços;*

183 *Considerando a Lei 8.080/90, no seu art. 2º que considera a saúde como um direito*
184 *fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu*
185 *pleno exercício.*

186 *Considerando a Lei 8.080/90, no art. 15 que a União, os Estados, o Distrito Federal e os*
187 *Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, entre as suas atribuições: XVII -*
188 *promover articulação com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras*
189 *entidades representativas da sociedade civil para a definição e controle dos padrões éticos*
190 *para pesquisa, ações e serviços de saúde;*

191 *Considerando a Lei Complementar nº 323/2006 que estabelece a estrutura de Carreira,*
192 *reestrutura o sistema de remuneração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da*
193 *Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e estabelece outras providências.*

194 **RESOLVE**

195 *Recomendar a Secretária Estadual de Saúde que promova a abertura emergencial de*
196 *concurso público e reabertura de todos os leitos fechados nos hospitais próprios seguindo as*
197 *diretrizes e legislação do Sistema Único de Saúde e das profissões para ampliação do*
198 *atendimento em saúde para população do Estado de Santa Catarina.*

199 A Presidente do CES, Cléia Aparecida Clemente Giosole, perguntou aos membros da
200 Comissão Permanente Pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação se observaram a
201 alteração da LC 323/2006, feita pela LC 369/2006.

202 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann propôs a abertura dos leitos, e não
203 necessariamente através de concurso público. Acredita que a gestão deva decidir a melhor
204 forma de colocar os leitos fechados em funcionamento.

205 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim falou que a SES tem orçamento próprio e
206 estrangulado, e que a Recomendação proposta deveria ser destinada ao Estado como um todo,
207 e não à SES.

208 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim disse ser totalmente contrário à fala do
209 Conselheiro Canísio, pois acredita que o único meio constitucional, de provimento da mão-de-

210 obra, é através de concurso público. E disse que concorda com o Conselheiro Clécio no
211 encaminhamento a quem realmente é responsável pela abertura do certame.

212 A Presidente, Cléia, sugeriu que seja alterada, a quem se dirige a minuta de Resolução,
213 em virtude da fala do Conselheiro Clécio Antônio Espezim.

214 O Conselheiro André Mendes Arent disse que houve vários momentos para discutir o
215 modelo de gestão, porém o Estado foi omissivo. Acredita que, com os leitos fechados, não é
216 hora dessa discussão, e sim utilizar o modelo vigente que é a de contratação através de
217 concurso público.

218 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos perguntou se tem o cálculo de quantos
219 leitos devem ter por habitantes. E perguntou como fica a situação dos leitos vagos em virtude
220 de férias dos profissionais.

221 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim disse que achou a apresentação da reunião
222 passada, sobre os leitos, muito superficial, onde somente foram apresentados os leitos
223 fechados e o número de servidores necessários para reabri-los, e não foi mencionado o número
224 total de servidores. Sugeriu que a Resolução também seja encaminhada ao Ministério Público
225 e outros órgãos que possam trazer essa discussão emergencial.

226 O Conselheiro Jorge dos Passos Correa Cobra falou que existe uma hierarquia que
227 devemos cumprir, onde o CES é um órgão de caráter deliberativo e o Secretário de Estado da
228 Saúde tem caráter executivo. Disse que quem pode executar as deliberações do CES é o
229 Governador do Estado. E falou que chamar o MP é se acovardar, pois quando existe dúvida de
230 necessidade jurídica, por parte do CES, a medida indicada seria contratar um profissional para
231 auxiliar os Conselheiros.

232 O Conselheiro Clóvis Thadeu Rabello Improta falou que a contratação de pessoal é
233 urgente na saúde como um todo. Falou que, em Santa Catarina, a área de Zoonose têm apenas
234 5 médicos veterinários, e que o salário é ridículo. Disse que não adianta abrir concurso
235 público, sem reestruturação de salário para esse profissional.

236 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou que não compete ao CES a
237 questão salarial. Colocou em votação a proposta pelo Conselheiro Nereu Sandro Espezim, com
238 a alteração de destinação de Secretário estadual de Saúde para o Governador do Estado, todos
239 aprovaram a proposta com a alteração. E sugeriu a solicitação, por parte do CES, de uma
240 reunião com o Governador do Estado, Secretário de Estado da Saúde e a Mesa Diretora do
241 CES, todos aprovaram sua sugestão.

242 **ITEM V – PUBLICIZAÇÃO DA LISTA DE ESPERA PARA PROCEDIMENTOS** 243 **FEITOS PELO SUS;**

244 A Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Karin Cristine Geller
245 Leopoldo, fez a apresentação sobre o tema

246 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole falou que, em relação à Audição
247 Pública, onde foi convidada, a colocaram atrás, sendo que a Presidente do CES deveria ficar
248 na frente, junto com outras celebridades.

249 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann disse que a lista de espera não respeita o
250 princípio da privacidade do paciente.

251 A Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Karin Cristine Geller
252 Leopoldo, respondeu que a lista de espera consta somente o número do cartão nacional do
253 SUS ou CPF, as iniciais do nome do paciente e a data do nascimento. E que o maior
254 interessado em consultar a lista é o próprio paciente, como também órgãos fiscalizadores E
255 disse que a lista respeita o sigilo do paciente.

256 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim parabenizou o serviço de regulação, disse que
257 conseguiu trazer a discussão desse assunto para o Hospital Celso Ramos, onde trabalha. Falou
258 que concorda com a transparência, e que é o único modo de não furarem a fila.

259 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos perguntou como fica quando é agravado o
260 estado do paciente que está na fila de espera, se muda de cor. E disse que o Google consegue
261 buscar informações do paciente, como CPF, por exemplo, a partir dessa lista de espera.

262 A Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Karin Cristine Geller
263 Leopoldo, respondeu que, como a Lei estadual, como o Decreto previram na lista o número do
264 CPF, somente será possível alterar os dados que constarão na lista, após a implantação do
265 sistema. Disse que nesse momento não é viável.

266 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que esteve presente na
267 Audiência Pública que tratou desse assunto, onde deixou sua preocupação em relação à
268 divulgação do CPF dos pacientes.

269 A Conselheira Maria Conceição dos Santos parabenizou a Karin, e a quem implantou o
270 Projeto de Lei, e disse que há muito vem lutando pela transparência da fila de espera do SUS.
271 Falou que a questão do sistema somente poderá ser avaliada após a prática. Disse que foi um
272 ganho para os Usuários, e que o seu principal papel é o da fiscalização.

273 A Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Karin Cristine Geller
274 Leopoldo, falou que com a transparência tanto os pedidos ao Ministério Público quanto as
275 ações judiciais para zerar a fila de espera são reduzidas. Falou que no primeiro momento a
276 transparência da fila não vai reduzir a oferta, e em um segundo momento, será feito um
277 planejamento, por áreas e regiões de saúde, de onde existem vazios, onde precisa investir e
278 onde ampliar a capacidade instalada para trabalhar com as grandes filas de espera.

279 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, perguntou se o SISREG funciona
280 mesmo, se ele é eficaz.

281 A Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Karin Cristine Geller
282 Leopoldo, respondeu que o banco de dados do SISREG é quase duas vezes maior que o do
283 Banco do Brasil, e que o Ministério da Saúde tem uma equipe especializada do DATASUS
284 cuidando desse sistema. Falou que problemas de sistemas que trabalham com a internet são
285 comuns, mas que no banco de dados propriamente dito temos muito pouco problema. E disse
286 que os Municípios que utilizam não reclamam do sistema.

287 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim falou, em relação ao absenteísmo, que seria
288 indicado saber do usuário do sistema qual o meio de comunicação mais eficaz para ele.

289 A Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Karin Cristine Geller
290 Leopoldo, falou que a orientação é a de que as Unidades de Saúde sejam as primeiras avisadas,
291 e os Prestadores também tenham a incumbência de avisar ao paciente.

292 **RELATO DAS COMISSÕES**

293 O Conselheiro Bernard Van de Meene disse que a Comissão Permanente de
294 Acompanhamento Orçamentário se reuniu pela manhã, onde mais uma vez não houve quórum,
295 e também na Comissão Permanente Pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do
296 SUS.

297 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, sugeriu que fosse encaminhada a
298 proposta de Resolução, discutida nessa sessão à COJUR, para dar seu parecer e trazer ao
299 Pleno. Colocou em votação, todos aprovaram.

300 **DEFINIÇÃO DA PAUTA**

301 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, questionou aos Conselheiros se
302 alguém gostaria de propôr algum item de pauta, onde o Conselheiro Alexandre Cunha dos
303 Santos propôs os seguintes itens:

- 304 - Regulamentação dos Comitês de Éticas em Pesquisa Vinculada à SES e
- 305 - Apresentação sobre a Profilaxia Pré Exposição ao HIV/AIDS, com representante do
306 Ministério da Saúde.

307 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim sugeriu que chame o representante da SPDM do
308 Hospital de Florianópolis e do Hospital de Araranguá, para justificar o atraso salarial dos
309 trabalhadores, que lá trabalham, para prestar esclarecimentos por escrito.

310 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que chegou uma solicitação do
311 Município de Balneário Piçarras, referente à inscrição de seus delegados para a etapa estadual
312 da 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher, onde eles solicitam a inscrição de seus
313 delegados, no dia de hoje, porém o prazo das inscrições terminou no dia 22/5, conforme
314 Regimento da Conferência.

315 O Secretario Executivo do CES, José Carlos da Cruz, disse que fica muito difícil
316 inscrevê-los agora, pois tem toda parte de confecção de materiais, crachás, certificados e
317 hospedagem, onde os nomes já foram encaminhados para organização da empresa
318 organizadora do evento. E sugeriu que essas pessoas participem na categoria de Convidados.

319 A Presidente colocou em votação: abrir essa exceção ou seguir o Regimento, com a
320 sugestão do Secretário Executivo. Todos concordaram em seguir o Regimento, com a sugestão
321 do Secretario Executivo do CES.

322 A Conselheira Fátima Regina da Silva sugeriu o item de pauta para sessão de agosto:
323 Discussão da Política de Saúde da População Negra de Santa Catarina.

324 Após sugestões, ficaram definidos os seguintes itens de pauta para a reunião de julho:

325 Item 1 – Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017 - votação;

326 Item 2 – Conferência de Vigilância em Saúde;

327 Item 3 – Regulamentação dos Comitês de Ética em Pesquisa Vinculada à SES;

328 Item 4 – Apresentação sobre a Profilaxia Pré Exposição ao HIV/AIDS, com representante do
329 Ministério da Saúde.

330 Item 5 – Esclarecimentos sobre prazos e procedimentos adotados quanto à Prestação de Contas
331 do SES, com representante do TCE.

332 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
333 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

334

Florianópolis, 07 de junho 2017.